



ACESSIBILIDADE UNIVERSAL EM TURISMO: O DESAFIO DA CONTINUIDADE EM PARATY/RJ

Autores:

BIANCA DOS SANTOS MAGALHAES - Univ. Federal Rural do Rio de Janeiro -
biamagalhaes.tur@gmail.com

Adriana Soares de Schueler - Univ. Federal Rural do Rio de Janeiro - schueler.a@gmail.com

Resumo:

Algumas cidades no Brasil são conhecidas por serem acessíveis à pessoas com deficiência. Mesmo no Brasil essas cidades são referência, principalmente quando se trata de uma cidade turística onde o fluxo de pessoas é maior. No entanto, apesar de termos cidades acessíveis, estas cidades enfrentam uma barreira: a barreira da não continuidade das obras arquitetônicas que obedecem aos parâmetros da acessibilidade universal para pessoas com deficiência e o município de Paraty apresenta algumas lacunas no que tange a acessibilidade. Este trabalho visa apontar falhas de estrutura existentes na acessibilidade universal pensada para Paraty, onde as lacunas deixadas por não se ter pensado na acessibilidade não consideram a inclusão ao indivíduo com deficiência motora e visual e destoam dos parâmetros estabelecidos como metas nas políticas públicas de turismo.

ACESSIBILIDADE UNIVERSAL EM TURISMO: O DESAFIO DA CONTINUIDADE EM PARATY/RJ

ACESSIBILIDADE UNIVERSAL: REALIDADE E LEGISLAÇÃO

O termo “acessibilidade” está vinculado à facilitação de acesso a um determinado local. No entanto seu significado só possui sentido quando a acessibilidade se propõe a incluir os sujeitos que usufruirão dela, pois se um mecanismo de acesso é desenvolvido, naturalmente alguém será beneficiado. E em se tratando de uma sociedade caracterizada pela integração dos indivíduos, a acessibilidade começa a fazer sentido pelo viés da inclusão.

No entanto há vários tipos de acessibilidade e este trabalho pretende discutir a acessibilidade universal. Trata-se de uma padronização arquitetônica que visa a adaptação da infraestrutura pública a pessoas com mobilidade reduzida. Esta adaptação se dá através de objetos, equipamentos e sinalizações que facilitam a locomoção e a orientação do indivíduo. Em outras palavras, segundo Garcia (2008):

“...considera-se acessibilidade universal as condições que devem cumprir todos os entornos, bens, processos, produtos e serviços, bem como os objetos ou instrumentos, ferramentas e dispositivos para serem compreensíveis, utilizáveis e praticáveis por todas as pessoas em condições de segurança e comodidade e da forma mais autônoma e natural possível, pressupondo a estratégia do desenho para todos.” (GARCIA, 2008, p. 54)

A acessibilidade universal é uma marca das sociedades atuais, justamente por compreender que a inclusão dos indivíduos é importante. A compreensão das diferenças e o direito constitucional de ir e vir são as premissas básicas para se pensar em acessibilidade universal como importante para o desenvolvimento de sociedades. É a sociedade que precisa, por meio de suas diferentes instituições e instâncias, adequar-se às diferenças singulares dos sujeitos que a compõem. Uma sociedade só poderá se desenvolver democraticamente e propiciar o espaço de humanidade para seus cidadãos quando estiver capacitada a atender às diferentes necessidades e peculiaridades dos seres sociais que vivem suas vidas cotidianamente em seu contexto (FERNANDES, 2013, p. 287).

A acessibilidade universal está sendo pensada neste trabalho como forma de uso pela atividade turística. O turismo, por ser uma atividade econômica dinâmica onde os nichos de mercado são diversos e a demanda de serviços é heterogênea, abre possibilidades de inclusão de vários grupos que desejam viajar e procuram no turismo uma oportunidade de lazer. No

entanto um público que merece atenção em relação à demanda de turismo são os portadores de deficiência, pois os mesmos consistem num público-alvo em potencial, mas encontram barreiras ao longo do caminho, pois a acessibilidade universal desenvolvida em cidades turísticas não apresenta uma “continuidade” que permita aos deficientes se locomoverem de forma adequada.

A continuidade abordada neste trabalho se trata de locais que possuem acessibilidade em alguns bens e serviços e outros não. Mais que um ideal de inclusão social, a acessibilidade a pessoas com deficiência possui amparo legal. A lei nº 10098 de 19 de dezembro de 2000 estabelece normas de acessibilidade a pessoas com deficiência. Também há a lei nº 13146 de 06 de julho de 2015 que aborda os direitos e o asseguramento da condição de igualdade. Tais leis embasam os direitos da pessoa com deficiência e, através delas podemos refletir sobre a importância da acessibilidade universal mesmo na atividade turística, pois o artigo 42 da lei 13146 assegura, de forma específica, o direito "à cultura, a esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas".

ACESSIBILIDADE UNIVERSAL EM PARATY

Situada ao sul do estado, o município de Paraty possui população estimada em 42.630 mil pessoas em 2017, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), localizado a aproximadamente 250 km da capital do estado. Paraty é conhecida por ser patrimônio histórico devido suas casas e construções que ainda remontam o período colonial, bem como o tipo de calçamento ainda existente nas ruas do centro da cidade. Devido a esta estrutura arquitetônica, alterações ou adaptações não são realizadas pela dificuldade de alterar bens tombados pelo patrimônio histórico e isto dificulta o acesso a pessoas com deficiência motora ou mobilidade reduzida.

Embora a atividade turística seja, basicamente, uma atividade de bens e serviços, quando os mesmos serviços não estão disponíveis, já são um indicador de falta de preparo local. E em locais turísticos de referência, onde a acessibilidade universal não foi devidamente pensada e planejada, questiona-se, portanto, o padrão utilizado para que o local seja reconhecido como destino de referência, como é o caso de Paraty. O município, outrora, fazia parte dos destinos indutores de turismo do estado do Rio de Janeiro, que são destinos de referência turística estabelecidos pelo Ministério do Turismo e utilizados como padrão para estudos de competitividade a nível estadual e nacional. O manual do Ministério do Turismo intitulado “Estudos de Competitividade do Turismo Nacional”, embora ainda exista, não é mais tão utilizado; mas frente à demanda de turismo do estado, Paraty e Angra dos Reis continuam a ser reconhecidos por sua relevância na atividade turística do estado do Rio de Janeiro, além da própria capital.

Mas a acessibilidade universal em Paraty se constitui um desafio, pois se trata de uma cidade cujo turismo se baseia em turismo cultural e turismo de sol e praia. Portanto, trata-se de dois segmentos cujas adaptações dependeriam de mão de obra que não descaracterizasse o estilo histórico da cidade e seus prédios ou não tenha serviços de agências de viagens, ONGs ou projetos governamentais que possuam equipamentos adequados para pessoas com

deficiência motora serem conduzidos à água do mar ou rios, como uma cadeira anfíbia, por exemplo.

CONTINUIDADE X ESTRUTURA EXISTENTE

Por ser um tema amplo, a acessibilidade dá margem à inúmeros questionamentos a respeito do quão válido é reformar ou adaptar uma determinada via pública ou local cuja estrutura é antiga. Assim são as ruas de Paraty, que na década de 1950 precisaram ser adaptadas para fins de saneamento básico e hoje, o que existe, são ruas de pedras irregulares onde os pedestres, em geral, transitam com dificuldades. A figura 01 mostra como é uma típica rua do chamado *centro histórico* de Paraty.

Figura 01: rua típica do centro histórico de Paraty

Fonte: arquivo pessoal



Por se tratar de uma cidade cujas vias públicas do centro histórico e os casarios são tombados pelo IPHAN, tratar de acessibilidade nestas condições vistas na imagem é uma questão delicada, pois a mesma se interpõe sobre a questão da lei nacional que assegura igualdade de condições a pessoas com deficiência. Então, a fim de promover a acessibilidade, alguns métodos paliativos são desenvolvidos para “suprir” esta falha. Mas a estrutura existente no entorno de um local “acessível” não permite que o cadeirante ou um cego cheguem a este local, de forma que a acessibilidade universal ocorre de forma parcial.

Um dos exemplos desta acessibilidade parcial é a casa de cultura de Paraty, onde uma rampa foi inserida em sua entrada, mas seu entorno não é acessível. Fica o questionamento a respeito da forma como se espera que o cadeirante ou deficiente visual tenha acesso ao local. A imagem a seguir ilustra o que representa esta acessibilidade universal parcial.

Figura 02: casa da cultura de Paraty – rampa da entrada
Fonte: arquivo pessoal



Outro local a ser abordado é o Centro de Informações Turísticas de Paraty, cuja calçada possui piso tátil para deficientes visuais e o mesmo não apresenta continuidade na via onde está situado, apenas no local. Com isso a acessibilidade se torna restrita, de forma que, não havendo continuidade, questiona-se de que forma se espera que o deficiente visual tenha acesso ao local, conforme pode ser visto na figura 03.

Figura 03: Centro de Informações Turísticas, próximo ao centro histórico em Paraty/RJ.

Fonte: arquivo pessoal



A Praça da Matriz de Paraty também é um exemplo válido da acessibilidade parcial, onde, da mesma forma que a Casa de Cultura, a acessibilidade ocorre em seu meio e não em seu entorno.

Figura 04: Praça da Matriz, Paraty, RJ.

Fonte: arquivo pessoal



Os locais destacados estão localizados nas vias que pertencem ao centro histórico de Paraty, onde a circulação de turistas é frequente. No entanto, ainda é possível contornar o problema da não continuidade através de charretes que transportam o turista pelo centro histórico, remetendo-o a um cenário colonial, proporcionando a experiência histórica e, de forma prática, locomovendo o turista com dificuldades de locomoção. Embora a charrete não seja feita, propriamente, para fins de auxílio a cadeirantes, assim mesmo o aparato se torna útil e consiste numa opção de locomoção.

Figura 05: charretes do centro de Paraty
Fonte: arquivo pessoal



Mesmo com a opção de uso das charretes, os demais locais se encontram carentes de estrutura que atenda aos cadeirantes e cegos. A ênfase a estes problemas acontece porque Paraty, além de ser um dos destinos mais visitados do estado do Rio de Janeiro, tem sido também palco de grandes eventos culturais que trazem muitos turistas ao local. No mais conhecido deles, a Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP), a problemática da falta de aparatos de acessibilidade universal incomoda os turistas de forma que os mesmos - principalmente os cadeirantes - se veem limitados a ir devido à falta de infraestrutura que os assista.

Graças a este problema e, considerando sua relevância turística e sua demanda crescente, embora a resistência das instituições públicas represente uma ameaça, Paraty tem a oportunidade de repensar suas ruas e edificações de forma a flexibilizar seu acesso a quem precisa.

CIDADE PARA TODOS – DESENVOLVIMENTO QUESTIONÁVEL

Importante mencionar que, o que baseia este trabalho é o interesse em integrar pessoas que outrora eram vistas como à parte na sociedade. Nas cidades contemporâneas¹ a inclusão acontece por meio de iniciativas - públicas ou privadas - que viabilizam o acesso ou a locomoção de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. O crescimento das cidades - onde a vida urbana e os negócios acontecem - aliada à nova visão que se tem a respeito de inclusão social, permite a reflexão a respeito da forma como a administração pública gere uma cidade, considerando os cidadãos que nela vivem, de forma que ela seja acessível.

Em seu livro, Jan Gehl (2013) faz uma análise a respeito das cidades onde antigamente havia circulação mais livre de pessoas e carros/carroças eram coadjuvantes. Atualmente, com o crescimento populacional e o aumento do volume de carros, as pessoas se "espremem" nas calçadas e se deparam com obstáculos.

Para que uma caminhada seja confortável, inclusive quanto às distâncias e ao ritmo aceitáveis, é preciso que haja espaço para andar, sem muitas interrupções ou obstáculos. Muitas vezes estas qualidades estão presentes em áreas exclusivas para pedestres, mas são raras nas calçadas de muitas cidades. Pelo contrário, é impressionante observar quantos obstáculos e dificuldades foram incorporados à paisagem do pedestre no decorrer dos anos. Sinais de tráfego, postes de iluminação, parquímetros e todos os tipos de aparelhos de controle são sistematicamente colocados nas calçadas para não "atrapalhar a rua". Veículos estacionados sobre a calçada ou em parte dela, bicicletas mal estacionadas, anúncios e placas dispostos desordenadamente completam o quadro, onde os pedestres precisam manobrar, como esquiadores descendo uma pista de slalom, para andar e uma calçada que, já de início, é estreita demais. (GEHL, 2013, p. 123)

O quadro mencionado acima por Jan Gehl menciona dificuldades que um pedestre comum atravessa ao se locomover pela cidade. No entanto, estes obstáculos se tornam piores quando um cadeirante ou um deficiente visual (completo ou parcial) precisa se locomover por estas calçadas.

No caso de Paraty, as calçadas em formato "pé de moleque" são incômodas para deficientes motores ou visuais. E isto, aliado ao fato de que alterações em locais tombados pelo patrimônio histórico, quando estes locais são turísticos, se deparam com a dualidade: turismo acessível X turismo histórico preservado. São processos burocráticos que exigem

¹ O conceito de cidade utilizado para tal é a ideia que a autora Raquel Rolnik expressa em seu livro intitulado "O que é cidade". Dentre as definições e reflexões esclarecidas pela autora nas linhas iniciais do livro, toma-se como base a explicação sobre cidades políticas que envolvem a participação dos cidadãos na vida pública – baseado no conceito romano de civitas – e o espaço de produção e consumo onde, aplicando o conceito de forma particular a Paraty, produz-se e consome-se turismo.

análise e viabilidade, representando um possível embargo na concretização da acessibilidade universal dos locais.

Esta abordagem traz à tona a reflexão: para quem se destina o planejamento físico da cidade? Se temos políticas públicas que atendem às necessidades dos menos favorecidos, qual é o impedimento que as cidades encontram para concretizar as políticas voltadas aos portadores de deficiência, em geral?

Ao tratar os problemas de continuidade em Paraty, estamos falando de uma cidade com características não urbanas e ativamente engajada na atividade turística. Cidades que recebem pessoas para visitação, por possuírem características singulares de interesse público, são cidades que se preocupam com o seu desenvolvimento por compreenderem que uma cidade turística precisa administrar seus recursos para que o próprio turismo seja bem sucedido no local. Porém seu desenvolvimento é questionável, pois uma das premissas do desenvolvimento social está na inclusão dos cidadãos que pertencem a ela.

Desenvolvimento é transformação positiva. Mas que tipo de transformação positiva se espera de cidades turísticas como Paraty?

O desenvolvimento de Paraty, motivado pela atividade turística local, é uma pequena mostra sobre como as identidades presentes no município ganharam visibilidade com o turismo e, de forma intrínseca, se inserem no contexto de globalização - entendido como a diminuição de fronteiras e a ampliação de possibilidades de interação com outras localidades, sem a perda da própria identidade. No entanto, este desenvolvimento apresenta, segundo Teune (2005) uma dualidade que se apresenta como consequência da globalização

“À medida que o mundo se tornou maior para quase todos, assim também, como reação, se tornou mais forte a importância da realidade local e a das identidades primordiais. Num mundo de globalização e democracia, uma e outra agentes de inclusão, a identidade e o seu corolário de exclusividade ganharam força como fatores de compensação. É a nível local que estas duas realidades se enfrentam, uma chamando globalmente para a inclusão e o desenvolvimento; a outra construindo barreiras para contrabalançar as invasões assimiladoras. As forças da globalidade e da democracia são seguramente mais fortes que as velhas identidades, mas ambas - novas e velhas identidades - permanecerão no seio das comunidades locais. Elas estão envolvidas no processo de globalização, ao mesmo tempo que constituem um refúgio para aqueles que procuram escapar a esses processos e manter as seguranças do que era antigo. O papel do local é, assim, duplo: ponto de globalização e de desenvolvimento ao mesmo tempo que de resistência à mudança. Isto levou não só a diferenças entre os diversos lugares em alguns predominando o que é global, noutros no que é local - como também levou à coexistência, num mesmo lugar, de características distintas, umas derivando do que é global (como são os edifícios de habitação elevando-se cada vez mais em altura); outras do que é local (desenvolvendo-se em extensão a nível horizontal).” (TEUNE, 2005, p. 265)

A transformação local em Paraty, motivada pelo fenômeno da globalização, carrega consigo as velhas características da cidade e as novas perspectivas motivadas pela atividade turística. Entretanto, se esta cidade, com toda sua dinâmica turística, ainda possui lacunas em seu desenvolvimento que apenas integra parcialmente os deficientes físicos, não provendo o acesso dos mesmos aos locais, passamos a questionar as prioridades da cidade e sua visão sobre turismo, não de uma perspectiva somente lucrativa, mas de uma perspectiva humana. Se uma cidade turística não provê os recursos necessários para que existam rotas de acessibilidade universal que permitam aos deficientes físicos uma locomoção mais ampliada aos locais, a esta cidade falta rever suas prioridades e seu papel no desenvolvimento de uma atividade turística de qualidade.

CONCLUSÃO

A proposta deste artigo ocorre por ter sido a continuidade o problema mais evidente que o trabalho em campo feito na parte turística de Paraty revelou. A falta de acessibilidade universal, embora não represente um empecilho real a quem verdadeiramente queira viajar, se torna um fator a considerar quando um público-alvo deixa de visitar o local por falta de estrutura. Soluções paliativas apenas contornam o problema da falta de acessibilidade e não resolvem por completo.

Quando a acessibilidade universal passou a se tornar política pública para a minoria necessitada, algumas barreiras existentes no caminho se tornaram elementos de análise a respeito do quão preparada está a sociedade às pessoas com deficiência. Um exemplo de adequação, baseada nesta premissa legal: as escolas, por exemplo, procuram se adequar não apenas à acessibilidade universal mas ao provimento de mão de obra profissional capacitada a lidar com alunos cujos problemas cognitivos impedem que aprendam. Esta adequação ocorre por meio de políticas educacionais voltadas para a qualificação docente, visando a inclusão do aluno.

Quanto ao Turismo, o Ministério do Turismo através do Plano Nacional de Turismo 2018-2022, conforme lido no tópico sobre legislação, ao abordar as pretensões de atuação na estruturação do turismo brasileiro, ratifica o compromisso de trabalhar junto aos estados e municípios para a melhoria da qualidade dos destinos e a garantia da acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Embora as pretensões do Ministério do Turismo sejam válidas e embora a legislação sobre acessibilidade seja assertiva quanto a necessidade de adequação dos locais para pessoas com deficiência para promover inclusão, as lacunas ainda estão presentes nos lugares turísticos – e tais lacunas não têm qualquer relação com a política de tombamento – e o que existe em Paraty são locais cuja adaptação se deu de forma parcial e não completa, onde o estabelecimento que provê a estrutura de acessibilidade se encontra limitado e pequeno diante do seu entorno não acessível.

Outra crítica se faz à ênfase que o Plano Nacional de Turismo dá à formação dos profissionais em turismo: agentes, operadores de turismo, guias, hoteleiros, etc. Em diferentes páginas do Plano Nacional de Turismo se destaca a importância da acessibilidade universal e da inclusão à pessoa com deficiência, mas não há nas linhas qualquer menção sobre a importância da formação do profissional para atender e lidar com a pessoa com

deficiência. E diferente da estrutura escolar – que se preocupa com a acessibilidade e a inclusão – os profissionais diretos e indiretos do turismo não possuem preparo na gênese da sua formação e tampouco sabem como proceder com este público.

Abordar a falta de acessibilidade em Paraty não é apenas perceber o hiato entre a expectativa e a realidade, mas consiste numa discussão maior sobre direitos e cidadania a pessoas com deficiência, pois a elas também pertencem as cidades.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Idilia; LIPPO, Humberto. *Política de acessibilidade universal na sociedade contemporânea*. Porto Alegre: Textos & Contextos, v. 12, n. 2, 2013.

GARCIA, Carla Cristina. *Sociologia da acessibilidade*. Curitiba: IESDE BRASIL S. A, 2008.

GEHL, Jan. *Cidades para pessoas*. Tradução: Anita Di Marco. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/paraty/panorama>>. Acesso em 09 de novembro 2018.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 2017

TEUNY, Henry. O futuro da localidade numa era global. (265-278). In: FONSECA, Fernando Taveira (org.). *O poder local em tempo de globalização: uma história e um futuro*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2005.